



REDE DE  
OBSERVATÓRIOS  
DA SEGURANÇA

# RAIO X

DAS AÇÕES DE POLÍCIAMENTO



**cesec**

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



## REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

### Coordenação do CESeC

Julita Lemgruber  
Leonarda Musumeci  
Sílvia Ramos  
Pablo Nunes

### EQUIPE DA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

**Coordenadora geral**  
Sílvia Ramos

**Coordenador de pesquisa**  
Pablo Nunes

**Coordenadora de comunicação**  
Juliana Gonçalves

**Pesquisadores**  
Jonas Pacheco  
Pedro Paulo da Silva

**Articuladora e pesquisadora**  
Bruna Sotero

**Designer**  
Renato Cafuzo

**Assistentes de comunicação**  
Nathalia da Silva  
Wellerson Soares

**Estagiário de comunicação**  
Matheus Lima

**Gerente**  
Ana Paula Andrade

## OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA BAHIA

Dudu Ribeiro  
Larissa Neves  
Luciene da Silva Santana

## OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA CEARÁ

Ana Letícia Lins  
Cesar Barreira  
Ricardo Moura

## OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA MARANHÃO

Luiz Eduardo Lopes da Silva  
Thiago Brandão Lopes

## OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PERNAMBUCO

Dália Celeste  
Deila Martins  
Edna Jatobá

## OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PIAUÍ

Elton Guilherme  
Lila Cristina Xavier Cruz  
Maria D'alva Macedo Ferreira  
Marcondes Brito da Costa

## OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA RIO DE JANEIRO

Bruna Sotero  
Itamar Silva  
Jonas Pacheco  
Pedro Paulo da Silva  
Pablo Nunes  
Sílvia Ramos

## OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA SÃO PAULO

Bruno Paes Manso  
Francine Ribeiro

## ORGANIZAÇÕES FORMADORAS DA REDE

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD)

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)

Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC)

Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)

Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (UFPI)

Rede de Estudos Periféricos (UFMA/ IFMA)

## PARCEIROS NA COLETA DE DADOS

Fogo Cruzado

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Monitor da Violência

**FALE COM A GENTE**  
rededeobservatorios@gmail.com

**Twitter:**  
@rede\_seguranca

**Facebook:**  
@rededeobservatorios

**Instagram:**  
@rededeobservatorio



# RAIO X DAS AÇÕES DE POLICIAMENTO

---

Durante dois anos, os cinco primeiros Observatórios da Rede (Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo)<sup>1</sup> acompanharam cada evento relacionado à criminalidade e violência que circularam em mídias, redes sociais e sites desses estados<sup>2</sup>. A Rede de Observatórios da Segurança monitora 16 indicadores e analisa detalhes de fatos que vão desde ações de polícia até violências contra a população LGBTQIA+, mulheres, racismo e fenômenos como linchamentos e chacinas ou ocorridos dentro do sistema penitenciário.

Um dos resultados que salta aos olhos no conjunto do levantamento, ao longo desses dois anos com mais de 50.000 eventos monitorados, é a predominância de acontecimentos relacionados a ações de polícia (operações, patrulhamentos e ações ligadas à Covid 19) no contexto de notícias sobre violência e crime. Ou seja, a polícia é protagonista principal da maioria dos fatos divulgados em todos os estados, é a “estrela” do mundo da violência e do crime com circulação de notícias em rotação permanente. “Polícia faz operação”, “polícia mata”, “Dois criminosos ficam feridos durante troca de tiros com PMs” são exemplos da comunicação incessante produzida por veículos profissionais e pelas próprias corporações.

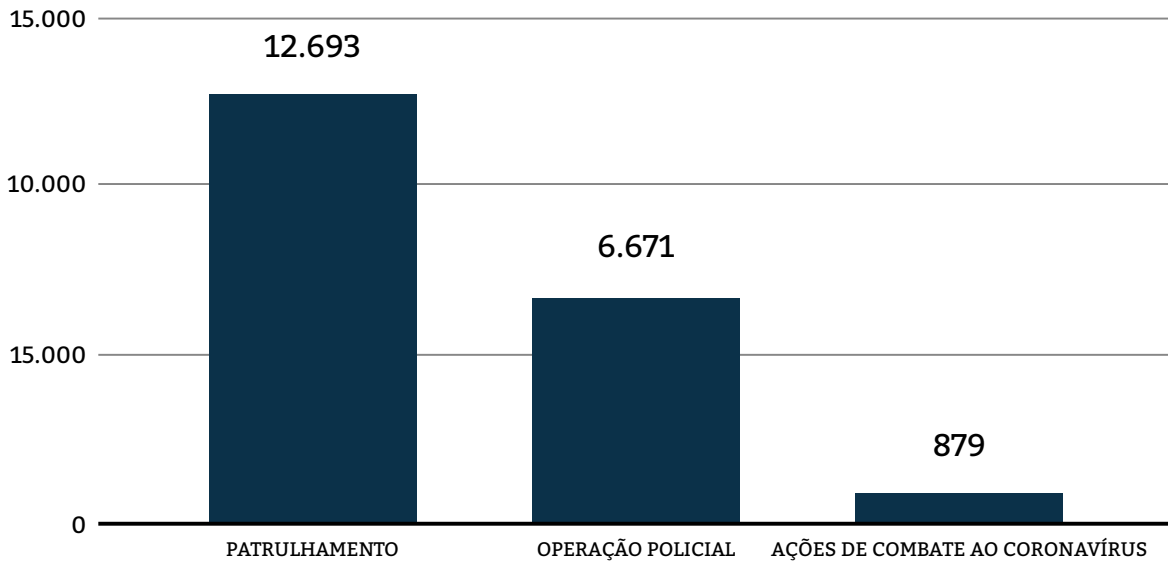
**Reunimos em nossos bancos de dados 20.243 eventos relacionados ao policiamento e faremos a seguir uma anatomia desses registros.** Vamos mostrar os tipos e as consequências predominantes das ações policiais e verificar se houve mudanças nos padrões de policiamento ao longo desses dois anos, considerando principalmente o contexto de queda geral de homicídios Brasil, a pandemia de Covid, que reduziu a circulação nas cidades e a ADPF 635, que determinou controle de operações policiais no estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> Os estados de Maranhão e Piauí ingressaram na Rede em agosto de 2021, mas não os incluímos neste boletim por ainda não terem completado um ano de monitoramento.

<sup>2</sup> A Rede de Observatórios monitora diariamente informações sobre violência e segurança dos principais jornais, portais de notícias, grupos de WhatsApp e Telegram, contas no Twitter e páginas no Facebook. As informações só são registradas se confirmadas por mais de uma fonte.

## Ações de policiamento monitoradas entre julho de 2020 e junho de 2022



Fonte: Rede de Observatórios

(\*) Ações de policiamento são classificadas em "operações" (quando um grupo de policiais é destacado para determinado local a fim de cumprir objetivo específico e pontual) e "patrulhamentos" (ações cotidianas de ronda ou o chamado "baseamento"). A partir de março de 2020 passamos a monitorar ações policiais voltadas para o combate à pandemia, como o controle do embarque em trens e metrô, averiguação de denúncias sobre venda de álcool em gel adulterado etc.

## A REALIDADE MUDOU, MAS A POLÍCIA NÃO

A centralidade do policiamento como política pública não mudou nem mesmo com a pandemia de covid-19, que impôs uma série de restrições à circulação, alterou a forma de organização das famílias, remodelou nossas relações de trabalho, impactou profundamente o mercado, além de outros efeitos incomensuráveis. Algo que permaneceu inalterado foi a atuação das polícias, realizadas invariavelmente em territórios racializados como favelas e periferias: a imposição dos mesmos patrulhamentos, seguidos por um volume também altíssimo de operações, alguma delas espetaculares, com tiroteios e mortes e raros eventos de participação das forças de segurança no enfrentamento do desafio de saúde vivido por toda a sociedade.

A pandemia foi um teste para a lógica das forças de segurança: o setor de saúde sofreu uma revolução, a área de educação mudou radicalmente, os serviços de bem-estar social, a cultura, o lazer, **tudo se alterou profundamente nas sociedades, mas as polícias não. Continuaram a fazer os mesmos patrulhamentos e operações, mantiveram a lógica da guerra às drogas como se não houvesse uma emergência humanitária e nunca se inseriram nos esforços de respostas à crise sanitária.**

Pelo contrário, o cenário dramático da pandemia impôs, particularmente às pessoas não-brancas e pobres, os desafios de se proteger do vírus respiratório e da violência policial. Ao ponto que no estado em que as operações foram mais excessivas, o Rio de Janeiro, a Suprema Corte (STF)

teve que determinar em maio de 2020 a restrição das operações policiais em comunidades enquanto vigorasse a emergência sanitária. Ainda que a ADPF 635 esteja em vigor até hoje, vimos esta ordem ser paulatinamente desafiada pelas polícias e autoridades governamentais fluminenses e acontecer em maio de 2021 e maio de 2022 as maiores chacinas ocorridas em operações policiais na história do estado do Rio de Janeiro, respectivamente, nas favelas do Jacarezinho e da Vila Cruzeiro.

Na tabela abaixo vemos um quadro semelhante na maioria dos estados monitorados - exceto Rio de Janeiro. Uma leve redução das ações policiais entre os dois anos observados, mas um volume ainda assim extremamente alto de ações voltadas para a repressão de tráfico de drogas e cumprimento de mandados ou simplesmente os famosos “patrulhamentos”, quando as rondas rotineiras de “repressão” nas áreas pobres e criminalizadas das cidades predominam.

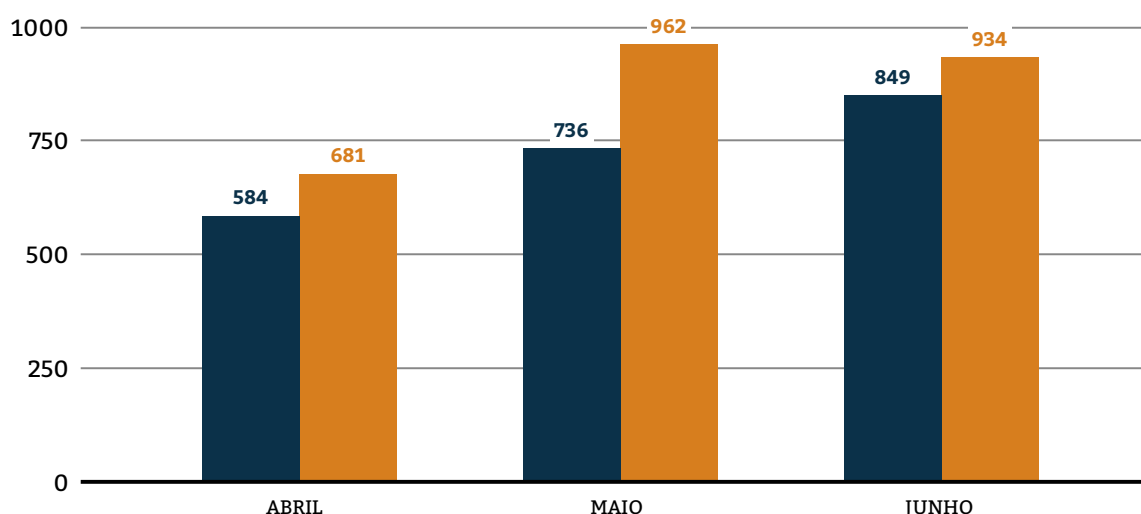
<b>Ações de policiamento – julho de 2020 a junho de 2022</b>						
	<b>BA</b>	<b>CE</b>	<b>PE</b>	<b>RJ</b>	<b>SP</b>	<b>Total</b>
<b>JULHO DE 2020 A JUNHO DE 2021</b>	1.068	1.098	1.808	2.854	4.065	10.893
<b>JULHO DE 2021 A JUNHO DE 2022</b>	993	646	1.110	3.024	3.577	9.350
<b>TOTAIS</b>	2061	1744	2918	5.878	7642	20.243
<b>VARIAÇÃO</b>	-7,02	-41,17	-38,61	5,96	-12,00	-14,17

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

## ELEIÇÃO AUMENTA OPERAÇÃO?

Contrariando a tendência de redução de ações policiais na maioria dos estados nesses dois anos, observamos um aumento das ações de policiamento no primeiro semestre de 2022. Maio de 2022 registrou acréscimo geral de 30% em comparação ao mesmo mês em 2021, seguido por abril com incremento de 16% e junho com 10%. Assim, observando os últimos três meses (abril, maio e junho) de 2022 e comparando com o mesmo período no ano passado, vemos um crescimento de 18%.

### Ações policiais em abril, maio e junho - 2021 e 2022



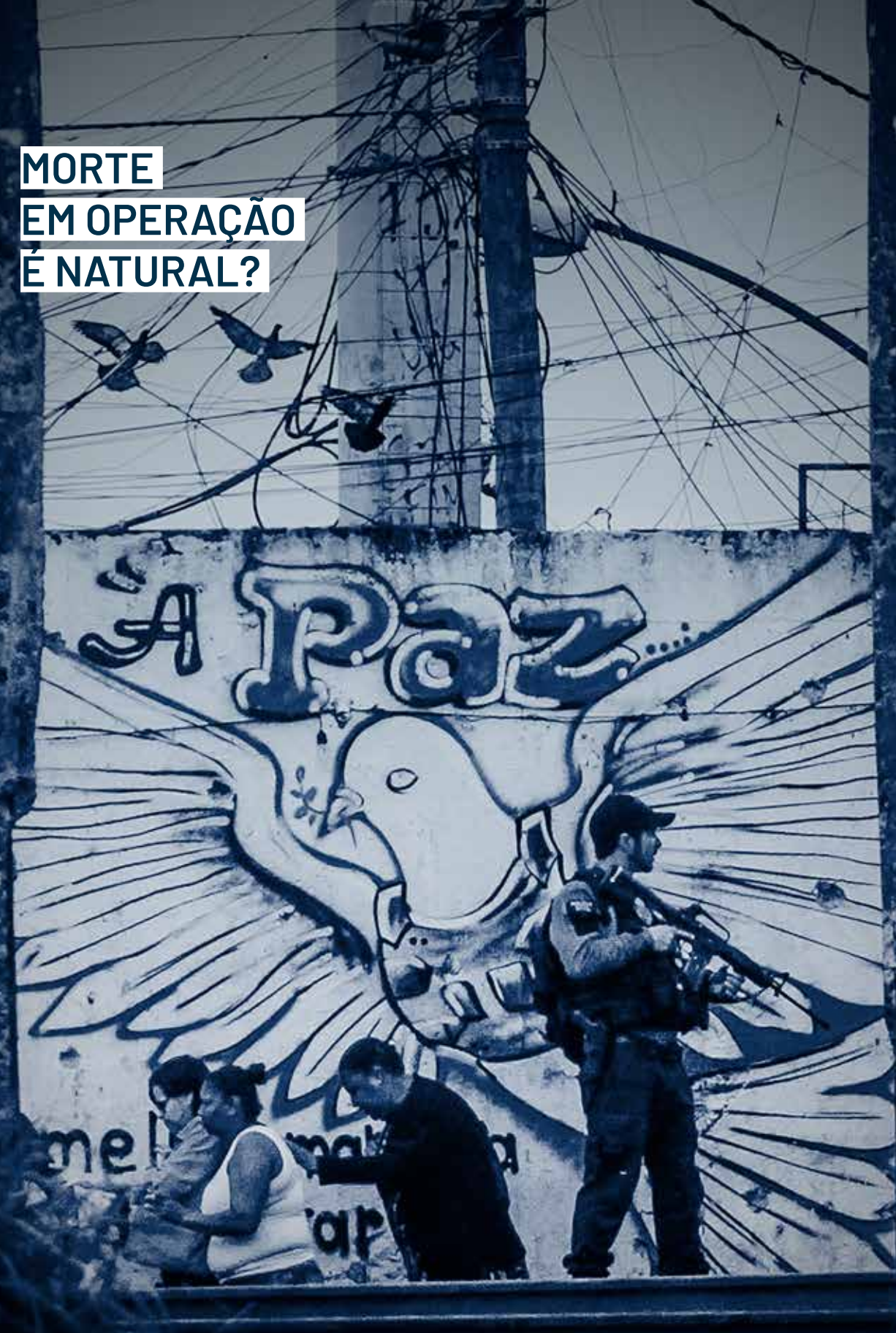
Ao que tudo indica **o número de ações policiais é sensível aos contextos políticos e cenários eleitorais e a ordem é “polícia na rua”**. Não seria admirável se a hipótese se confirmasse: em anos eleitorais, na medida em que as eleições se aproximam, as polícias estaduais tendem a aumentar patrulhamentos e operações, ou pelo menos tendem a realizações que promovam sua visibilidade.

Se essa hipótese se mostrar consistente, teremos a reiteração de que ações policiais centradas na “repressão à criminalidade” e moldadas quase que unicamente na política de “guerra às drogas”, com abordagens, viaturas nas ruas, confrontos e prisões em favelas e periferias tem menos a ver com o crime ou as drogas, e mais com a reafirmação de que existem territórios perigosos, predominantemente negros e pobres, e que “o Estado” está lá para combatê-los. Em especial, eleições estaduais, em que as polícias são objeto de disputas de candidatos a governador, podem propiciar um contexto de estímulo à ação policial.

Nos estados em que governadores são candidatos à reeleição, pode haver uma tendência a mostrar serviço. O atual governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro é candidato e afirmou em off a um jornalista conhecido: **“se dependesse de pesquisa eleitoral eu faria operação com morte todos os dias”**. De qualquer forma, independentemente dos candidatos, as próprias corporações policiais podem ser estimuladas a mostrar mais sua importância, propiciando mais ações e mais violência policial, aumentando a visibilidade e espetacularização das ações de segurança.



**MORTE  
EM OPERAÇÃO  
É NATURAL?**



# MORTE EM OPERAÇÃO É NATURAL?

---

O número de ações policiais com registros de mortes é possivelmente o dado mais chocante dos registros de mais de 20 mil ações de polícia em dois anos nos cinco estados. Registramos o número assombroso de 1.989 mortes em operações e patrulhamentos em dois anos.

Antes de mais nada, é preciso lembrar que **as mortes são a ponta do iceberg de um cenário em que múltiplas formas de violência estão sendo praticadas**. Quando a polícia chega a matar uma pessoa numa operação, significa que muito mais gente foi ferida, xingada, humilhada ou desrespeitada. Muito mais gente foi incomodada por abordagens policiais desnecessárias e inúteis em termos de efeito de segurança, mas efetivas para a polícia reiterar cotidianamente seu poder de intimidação sobre a juventude negra que anda pelas ruas<sup>3</sup>.

O Brasil tem um padrão altíssimo de mortes decorrentes de ação policial. As polícias do Rio de Janeiro e Bahia são os casos mais graves em termos de corporações que criaram e deixaram fortalecer uma cultura não só de tolerância com brutalidade e corrupção, mas principalmente de valorização da violência policial, desde que os alvos sejam a população pobre das periferias. O contraste não deveria ser apenas entre operações com mortos e operações sem mortes, mas também entre ações de policiamento voltadas para repressão nas ruas e investigações de inteligência para desarticular quadrilhas de criminosos - incluindo chefões, milionários e traficantes que não vivem em favelas. Também deveríamos ver com frequência ações de prevenção da violência voltadas especialmente para jovens das periferias.

Os números coletados pela Rede não representam a totalidade dos eventos graves ocorridos no dia a dia das cidades com as polícias, mas exprimem com nitidez os fatos que circularam como notícias ou notificações pelas mídias profissionais, redes sociais e sites, inclusive sites das polícias no período. Na verdade, **não há nenhuma fonte que contabilize e analise as ações de policiamento, pois nem mesmo as próprias polícias as monitoram**. Essa constatação é chocante: nenhuma fonte controla o trabalho policial nas ruas (abordagens realizadas, número de tiros, ocorrências e resultados desse esforço). Esta é mais uma razão para entendermos que contamos exclusivamente com a produção cidadã de dados se quisermos entender as lógicas do trabalho policial.

O fato de que houve 1.989 mortes registradas em dois anos em cinco estados e que 16% dos registros de ações policiais resultam em mortes na Bahia, 10,4% no Rio de Janeiro e 11,8% em São Paulo seria suficiente para que as políticas de segurança fossem radicalmente alteradas. O papel das forças de segurança deve ser proteger as populações e não criar mais situações de violência letal.

---

<sup>3</sup> Não há nenhum monitoramento ou registro das polícias brasileiras sobre quantas abordagens policiais são necessárias para apreender uma arma ou identificar um criminoso com mandato de prisão. Segundo Michele Alexander em seu livro *A nova segregação* (Editora Boitempo, 2018) 98% das revistas realizadas por forças federais nos EUA não tem nenhuma produtividade. A polícia de Nova York revelou que fez 545.000 abordagens em 2008 e admitiu que 80% dos abordados eram negros e latinos.

Ações de policiamento com registro de mortes – julho de 2020 a junho de 2022

	BA	CE	PE	RJ	SP	Total
<b>MORTES REGISTRADAS EM AÇÕES POLICIAIS</b>	330	44	101	614	900	1.989
<b>TOTAL DE AÇÕES POLICIAIS MONITORADAS</b>	2061	1744	2918	5.878	7642	20.243
<b>PROPORÇÃO MÉDIA DE MORTES POR AÇÃO MONITORADA</b>	16,0%	2,5%	3,5%	10,4%	11,8%	9,8%

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

O monitoramento da Rede evidencia que violência policial e especialmente a letalidade da ação policial não tem a ver com “respostas às dinâmicas criminais” ou “baixas de guerra” ou “danos colaterais em batalhas”. Basta mencionar que, **em contraste com mais de 1.989 mortes produzidas pelas forças policiais nos cinco estados, no mesmo período 47 policiais foram mortos enquanto estavam em ação**. Isto também ajuda a compreender que se trata de um padrão nacional, de polícias que usam a força de forma abusiva, **que executam quando poderiam prender e que muito frequentemente a letalidade policial está ligada a dinâmicas de corrupção** (quebra de arrego, venda de armas e drogas apreendidas para grupos criminosos, participação em grupos paramilitares de milícias e extermínio e até em matadores de aluguel a serviço de agiota.

**Chacinas policiais (três ou mais mortos na mesma operação) constituem uma assinatura dos autores, que deixam um recado para toda a população: que eles podem voltar, eles são os donos da área e eles desafiam as leis.** Se for preciso desafiam as próprias corporações (grupos de extermínio). Nos últimos anos, chacinas policiais “oficiais” com apoio de comandantes e governadores têm se tornado mais frequentes. O número de chacinas policiais monitoradas em dois anos em cada estado foi muito diverso: 11 na Bahia, 3 no Ceará, 6 em Pernambuco, 67 no Rio e 10 em São Paulo. Parte desses dados refletem dinâmicas frequentes na cidade Rio de Janeiro e na cidade de Salvador<sup>4</sup> com frequentes operações-vingança, que é outra característica típica da polícia brasileira que conta com o aval prévio de comandantes e políticos na administração. Ou seja, **operações-vingança são “moralmente justificadas” dentro das corporações e poucos chefes têm coragem de coibi-las.**

Diferente do Rio de Janeiro onde as chacinas são frequentes e ocorrem às dezenas todos os anos, o estado do Ceará registrou duas chacinas nos últimos 12 meses, o dobro do registrado no período anterior. Em setembro de 2020, quatro homens foram mortos pela Polícia Militar em perseguição na Praia do Futuro. Um dos corpos foi encontrado com o braço decepado. Em março de 2022, três pessoas foram mortas no assentamento dos Palmares, em Ocara, no Maciço do Baturité. E em maio desse mesmo ano, mais três pessoas foram mortas em Novo Oriente, procuradas por terem sequestrado um empresário no Piauí. A análise desses números coloca uma pergunta preocupante, para a qual nossa atenção será dirigida no monitoramento dos próximos meses: estaria se iniciando no Ceará alteração para um padrão de policiamento baseado na letalidade, como ocorre no caso da Bahia e do Rio?

<sup>4</sup> Para mais informações, acesse: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/05/11/com-operacao-na-regiao-onde-pms-foram-mortos-novos-confrontos-sao-registrados-entre-policiais-e-suspeitos-em-salvador.ghtml>; <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/05/10/terceiro-suspeito-de-envolvimento-em-assassinato-de-pms-e-morto-apos-confronto-com-a-policia-em-salvador.ghtml>; <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/suspeitos-de-envolvimento-em-assassinato-de-pm-sao-mortos-em-salvador/>. Último acesso: 11/07/2022.

A preocupação procede, porque o estado do Ceará foi palco de algumas das chacinas mais emblemáticas do Brasil, como a chacina do Curió, ocorrida em 2015, vitimando 11 pessoas e deixando feridos mais 7. E, ainda, a chacina de Cajazeiras, em 2018, com 14 pessoas mortas - a maior da história do estado.

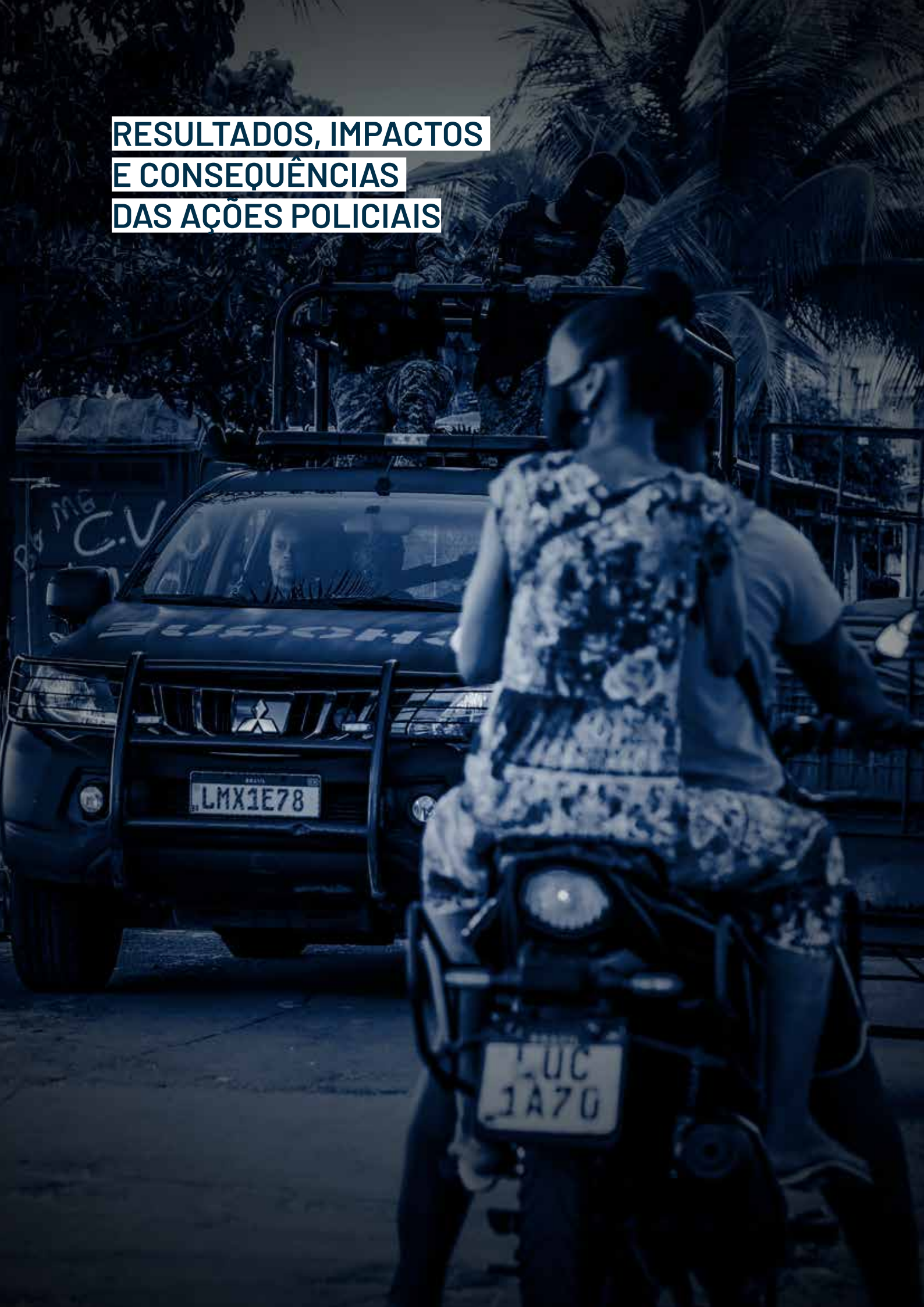
Olhando os dados sobre mortos e feridos, na tabela 3, temos um quadro doloroso e preciso sobre algumas das consequências da enxurrada de ações policiais que povoam o dia a dia dos estados.

**Vitimizações em ações de policiamento - julho de 2020 a junho de 2022**

	<b>BA</b>	<b>CE</b>	<b>PE</b>	<b>RJ</b>	<b>SP</b>	<b>Total por tipo de vitimização</b>
<b>QUANTAS MORTES OCORRERAM?</b>	326	38	97	598	889	1.948
<b>QUANTAS MORTES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES OCORRERAM?</b>	4	6	4	16	11	41
<b>QUANTOS FICARAM FERIDOS?</b>	30	65	73	508	1.081	1.757

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

**RESULTADOS, IMPACTOS  
E CONSEQUÊNCIAS  
DAS AÇÕES POLICIAIS**



# RESULTADOS, IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS DAS AÇÕES POLICIAIS

---

Apesar de parcela considerável das ações de policiamento ter como motivação a repressão ao tráfico de drogas, as apreensões não são rotina, como mostra o monitoramento da Rede. No geral, em ambos os períodos, menos de 26% das ações de policiamento resultaram em apreensões de drogas, sendo o Ceará o estado onde ocorrem menos operações com apreensões (12% de julho de 2020 a junho de 2021 e 7% de junho de 2021 a junho de 2022). Importante deixar claro que a “apreensão de drogas” é um indicador de produtividade para as instituições de segurança pública e estamos usando esse dado apenas nesse contexto.

Ou seja, segundo parâmetros utilizados pela própria instituição, apenas 26% das ações da policial são “produtivas”, “bem sucedidas” em termos de apreensão de drogas entre julho de 2020 e junho de 2021, e 21% no período entre julho de 2021 e junho de 2022. O que sabemos é que as ações com apreensão ou não fazem parte da lógica do proibicionismo e da “guerra às drogas”, que produz mais violência, custos bilionários e a estigmatização dos jovens negros como criminosos<sup>5</sup>.

Situação similar é registrada nas apreensões de armas: em ambos os períodos apenas 15% das ações monitoradas teve o registro de apreensões de armamento, sendo São Paulo o estado com o menor registro proporcional (13% e 12%, respectivamente). As armas de fogo são responsáveis por 76% das mortes violentas no país<sup>6</sup>. Nesse sentido, a apreensão de armas demonstra uma política pública de segurança centrada na proteção da vida, de maneira distinta da apreensão de drogas como pontuado acima.

Na mesma linha, também observamos que em ambos os períodos menos de 4% das ações de policiamento têm como motivação primária a repressão ao tráfico de armas e munições. Mesmo que os últimos anos tenham sido marcados por uma série de afrouxamentos nas políticas de rastreamento e controle de armas e munições, que dificultam investigações e promovem um aumento na circulação de armamento na sociedade. A baixa apreensão de armas que registramos se torna ainda mais preocupante do ponto de vista da garantia de direitos humanos.

Esse cenário é mais grave quando cruzamos os dados de letalidade em ações da polícia com o registro de apreensão de armas e munições. Quando observamos ações de policiamento que resultaram em apreensões de armas e simultaneamente não culminaram em mortes decorrentes da atividade policial, vemos que somente 2,6% do total desse tipo de evento monitorados em dois anos (julho de 2020 a junho de 2022) obedecem a esse critério. Em outras palavras, ações sem registro de mortes e com apreensão de armamento são minoria. Apesar de as maiores apreensões de armas ocorridas em todos os cinco estados monitorados terem sido fruto de trabalho de investigação sério, em operações realizadas sem nenhum disparo de arma de fogo.

Esse seria o modelo ideal de ação policial com letalidade reduzida e com contribuição de maneira eficiente na redução de problemas graves de segurança pública. No caso brasileiro, não há questão de segurança maior do que a circulação de armas curtas e longas que são comercializadas de maneira cada vez menos controlada e que vão acabar parando em arsenais de grupos criminosos.

---

<sup>5</sup> <https://drogasquantocustaproibir.com.br/>

<sup>6</sup> Dados presentes no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>

Ações de policiamento, por mais que estejam no centro das políticas públicas de segurança no Brasil, **não são monitoradas pelos governos. Com raras exceções – como estamos vendo recentemente em São Paulo - agentes de polícia estão à vontade nas ruas, com sua discricionariedade e realizam as ações que acham intuitivamente importantes, sem qualquer supervisão e sem avaliação posterior de sua efetividade. Assim, vamos cristalizando uma realidade que é a imensa lacuna nos dados governamentais no que concerne à segurança pública.** Ao mesmo tempo, isso reforça a importância de iniciativas de produção cidadã de dados. Dados oriundos da sociedade civil servem, por exemplo, para suscitar a possível correlação entre diminuição de ações de policiamento e a vitimização (mortes, feridos) em decorrência das mesmas. Nós da Rede de Observatórios da Segurança, buscamos contribuir para a ampliação do debate a partir da produção de dados cidadãos como os apresentados neste levantamento com base no monitoramento de cinco dos nossos estados.

**Ações de policiamento e resultados – julho de 2020 a junho de 2022**

	BA	CE	PE	RJ	SP	Total geral
<b>AÇÕES DE POLÍCIAMENTO - TOTAL</b>	2061	1741	2918	5878	7643	20241
<b>APREENSÃO DE ARMAS SEM MORTES</b>	177	14	31	215	103	540
<b>PROPORÇÃO</b>	8,5%	0,8%	1,0%	3,6%	1,3%	2,6%
<b>PRISÕES</b>	177	14	31	215	103	540
<b>PROPORÇÃO</b>	8,5%	0,8%	1,0%	3,6%	1,3%	2,6%
<b>MACONHA APREENDIDA</b>	520	107	530	418	1576	3151
<b>PROPORÇÃO</b>	25,2%	6,1%	18,1%	7,1%	20,6%	15,5%
<b>COCAÍNA APREENDIDA</b>	296	91	152	552	1091	2287
<b>PROPORÇÃO</b>	19,2%	5,2%	5,2%	9,3%	14,2%	11,2%
<b>FUZIS APREENDIDOS</b>	25	5	10	108	46	194
<b>PROPORÇÃO</b>	1,2%	0,2%	0,3%	1,8%	0,6%	0,9%
<b>MUNIÇÕES APREENDIDAS</b>	238	159	343	473	2504	3717
<b>PROPORÇÃO</b>	11,5%	9,1%	11,7%	8,0%	32,7%	18,3%

Outro aspecto raramente monitorado como efeito das dinâmicas de policiamento baseadas em operações e patrulhamentos são os serviços públicos afetados, especialmente durante as grandes operações. Esse aspecto não é mencionado nas notícias do dia a dia, mesmo que ocorram com frequência quando há disparos de arma de fogo, interdição das vias e abordagens em série. Os números são eloquentes sobre como as narrativas sobre operações policiais se repetem, contando exclusivamente mortos, presos, feridos e apreensão de drogas, esquecendo os impactos nos serviços públicos.

**Nosso monitoramento diário revela que múltiplos impactos das ações de policiamento centradas em operações e patrulhamentos não são percebidos por jornalistas profissionais como consequências dessa lógica de segurança pública.** Dessa forma, registramos o número incredivelmente baixo de 51 impactos nos serviços de saúde, educação e nas vias públicas decorrentes de ações de policiamento, quase todos eles no Rio de Janeiro (43 casos).

## FORÇAS POLICIAIS E MOTIVAÇÕES

A Polícia Militar continua sendo a força com maior presença no policiamento diário, o que indica que a ostensividade – patrulhamento e abordagens – continua sendo central nas lógicas de policiamento, em detrimento de ações investigativas que objetivem desarticular os chamados “grupos criminais”.

<b>Forças policiais envolvidas nas ações policiais – julho de 2020 a junho de 2022</b>		
	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>POLÍCIA MILITAR</b>	11.366	56,15%
<b>POLÍCIA CIVIL</b>	6.785	33,52%
<b>GUARDA MUNICIPAL</b>	1.360	6,72%
<b>POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	1.216	6,01%
<b>POLÍCIA FEDERAL</b>	882	4,36%
<b>OUTROS</b>	602	2,97%
<b>AGENTE PENITENCIÁRIO</b>	137	0,68%
<b>FORÇA ARMADAS</b>	17	0,08%
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	17	0,08%
<b>FORÇA NACIONAL</b>	4	0,02%

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

(\*) Nota: o total não soma 100% por que pode haver mais de uma força envolvida numa ação e pode haver ações sem identificação das forças

Quando olhamos para os dois anos de monitoramento (2021 a 2022 comparado com 2020 a 2021), registramos aumento da participação da Polícia Federal nas operações e patrulhamentos no Rio de Janeiro (15%), São Paulo (25%) e do Ceará (28%) e verificamos um crescimento expressivo da participação da Guarda Municipal em Pernambuco (60%). Houve ampliação das ações da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro (36%) com expressiva participação em ações violentas e de alta letalidade, como a Chacina no Complexo da Penha. A violência da PRF levou o judiciário a proibir expressamente a participação dos agentes em operações policiais fora de estradas federais<sup>7</sup>. Até porque a força policial federal tem sido protagonista de casos de violência no governo de Jair Bolsonaro como a tortura seguida de morte de Genivaldo, de 38 anos, submetido a uma câmara de gás nos fundos de um camburão, no Sergipe.

Em relação a motivações das ações de policiamento, se destaca a categoria “outros flagrantes” que representa 50% desses eventos no período entre julho de 2020 e junho de 2021, e 36% no mesmo período entre 2021 e 2022. “Outros flagrantes” são ocorrências em que policiais flagram um crime em uma ação cujo objetivo era outro, por exemplo, uma ação voltada para repressão ao tráfico de drogas e ocorre uma prisão por qualquer

<sup>7</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/06/07/justica-suspende-participacao-da-prf-em-operacoes-conjuntas-fora-de-estradas-federais.ghtml>



outra razão. Como afirmamos acima, ainda vê-se um enfoque em ações de policiamento de cunho ostensivo, fazendo com que flagrantes ocorridos em contexto de abordagem e de patrulhamento desponte como principal motivação dos eventos de policiamento registrados.

No entanto, a “Guerra às Drogas” tem sido o regime de justificativa central das políticas de segurança pública no Brasil como um todo. A repressão ao tráfico de drogas aparece em segundo lugar entre as motivações (21% entre 2020 e 2021, e 24% entre 2021 e 2022). Nesse sentido, temos visto durante décadas o registro de ações violentas que no final das contas não significam o combate sistemático e qualificado das cadeias criminais que permanecem fora de territórios favelados e periféricos. Sabemos há muito tempo que o grande comércio de drogas se dá fora das favelas e periferias das cidades brasileiras, mas, a despeito disso, são esses territórios que mais sofrem com a violência policial e a violação de seus direitos. O racismo estrutural, que se veste de “Guerra às Drogas”, atualmente é o principal responsável para que as favelas sigam sendo alvo da violência do Estado.

As operações motivadas por crimes contra o patrimônio foram as que apresentaram maior crescimento entre os dois períodos (159%), talvez por nesse período também termos observado a flexibilização de políticas de controle da pandemia e o aumento na circulação de pessoas nas ruas. Essas operações são principalmente relacionadas a furtos e roubos de automóveis, a residências e a roubos de rua. O maior registro nesse tipo de motivação foi em São Paulo, 614%, seguido do Rio de Janeiro com 240%.

## É POSSÍVEL MUDAR OS PADRÕES DE POLÍCIAMENTO?

---

Observamos nos últimos dois anos fenômenos significativos para compreendermos em profundidade as lógicas das ações de policiamento nos cinco estados analisados, olhando 20.243 registros. Em primeiro lugar, chama a atenção a manutenção das práticas permanentes de patrulhamentos e operações mesmo durante a pandemia e mesmo diante do quadro geral de redução de homicídios no Brasil. Confirma-se a impressão de que ações policiais possuem lógicas próprias e tem pouco a ver com dinâmicas de criminalidade. Se a violência aumenta, ações policiais se justificam. Se a violência e a criminalidade diminuem, ações de policiamento continuam se justificando. Remuneração mensal com pagamento de milhares de agentes policiais (além de todos os funcionários envolvidos na máquina de justiça criminal, como promotores, juizes e pessoal penitenciário), aquisição e renovação permanente de viaturas, coletes balísticos, armas e munições (e em alguns casos até aeronaves blindadas) criam uma dinâmica própria cujos objetivos são manter o status quo do panorama criminal e justificar a própria existência dos investimentos em efetivos e equipamentos.

Por outro lado, olhando de perto o que aconteceu com os padrões de policiamento no Rio de Janeiro e São Paulo, verificamos tendências opostas. No estado do Rio as polícias não só aumentaram as ações de policiamento como desafiaram o STF descumprindo determinações da Corte, bem como “assinaram” chacinas oficializando a alta letalidade como método governamental. O governador Cláudio Castro tornou-se o “rei das chacinas” (Jacarezinho em maio de 2021 com 28 mortos e Vila Cruzeiro em maio de 2022 com 23 mortos). Dessa forma, as práticas que no passado eram feitas por grupos de policiais agindo na ilegalidade (chacinas de Vigário Geral, Candelária e Baixada Fluminense) hoje se tornaram matanças oficiais com o carimbo do governo, de comandantes e chefes de polícia.

No extremo oposto, desde maio de 2020, a Polícia Militar de São Paulo resolveu estabelecer um programa de 7 pontos voltado para a redução da letalidade policial e de lá para cá tem reduzido não apenas as ações de policiamento, segundo mostra nosso monitoramento, mas aumentado a supervisão dos agentes nas ruas e a coibição de ações violentas. Em maio de 2020 a PMSP registrou 120 mortes em ação e em maio de 2022 esse número tinha caído para 17 (números da PMESP).

O programa de redução de letalidade em São Paulo parece estar mais ligado a uma determinação da própria corporação militar do que propriamente do governo ou do governador pessoalmente. Tudo indica que a mudança de governante, até aqui, não alterou os rumos da política de policiamento. Resumidamente, os pontos adotados pela PMESP foram: 1. Comissão de mitigação de não conformidades e reuniões técnicas; 2. Depuração interna fortalecendo a disciplina; 3. Investigação técnica e profissional – responsabilização administrativa eficaz; 4. Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar; 5. Aquisição de equipamentos de menor potencial ofensivo; 6. Edição do Manual de Fundamentos; 7. Implementação de câmeras nos uniformes.

Importante observar que a adoção de câmeras corporais, que é o item de maior visibilidade nos meios de comunicação, é o último ponto de uma lista consistente de políticas internas determinadas a reduzir de forma significativa a letalidade policial em São Paulo.

Ao nosso ver, nosso estudo indica que mesmo não alterando radicalmente os padrões de policiamento (o ideal seria redução de abordagens, redução de efetivos, redução de armamentos, eliminação da letalidade, aumento de investimentos em prevenção da violência e redução de investimentos em repressão) é sim, possível estabelecer políticas governamentais e institucionais de redução da violência policial extrema e aumento do respeito na relação com os moradores negros das áreas mais pobres das cidades.

Sobre o Relatório  
Edição: Juliana Gonçalves  
Design: Renato Cafuzo  
Fotos: Bruno Itan

REALIZAÇÃO

**cesec**

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



[observatorioseguranca.com.br](http://observatorioseguranca.com.br)



@redeobservatorios



@rede\_seguranca



@rededeobservatorios

BAHIA

CEARÁ

MARANHÃO

PERNAMBUCO

PIAUÍ

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

**INICIATIVA  
NEGRA**

**Laboratório  
de Estudos  
da Violência**

**REP**  
ANEXO DE ESTUDOS PERAMBUCOS

**GAJOP**

**Nupec**  
ufpi

**cesec**  
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

**NEV**  
Núcleo de Estudos da Violência  
Universidade de São Paulo

APOIO



**FORD  
FOUNDATION**

APOIO INSTITUCIONAL



**OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS**